

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



História:

Tempo & Argumento 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: tempo & argumento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: tempo & argumento 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0474-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.743222707>

1. História. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador).
II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O e-book “História Tempo & Argumento 2” dá continuidade ao primeiro volume, e mantém a pegada inovadora dos artigos.

No contexto da Guerra dos Emboabas, Silva Pinto analisa a o líder dos forasteiros Manuel Nunes Viana, eleito “Governador das Minas” em dezembro de 1708. O autor registra uma visão crítica e bem elaborada que merece atenção daqueles que gostam da história do Brasil e quem pesquisa a temática.

Anicheski e Martins analisam o papel da mulher escravizada nos séculos XVIII e XIX, o papel ativo destas mulheres na economia, destacando as “vendedoras ambulantes, quitadeiras, negras de tabuleiro, escravas de ganho”. É um estudo relevante e atual

Bezerra demonstra a importância da Memória Institucional como “ferramenta estratégica de gestão e comunicação organizacional” e como a ausência de um Centro de Memória do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. São apontamentos que transcendem o Estado do Maranhão, pois o conceito entorno da preservação da memória institucional pode ser pensado em todo o território brasileiro.

Laroca e Martins trazem uma pesquisa intrigante relacionada a prática de degredo, entre os séculos XVI e XIX, que era a pena aplicada pela Igreja Católica e Estado português para punir criminosos e pecadores banindo-os, ainda que temporariamente, para o além-mar, com destaque àqueles vindos para o Brasil.

O texto de Silva revive os relatos do viajante AIMÉ BONPLAND, que no século XIX transcreveu em seus diários a sua visão da natureza no continente da América do Sul. Em suas viagens Bonpland catalogou diversas espécies de plantas até então desconhecidas da sociedade europeia. É uma verdadeira viagem no tempo que vale a pena a leitura.

Uma ótima leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MANUEL NUNES VIANA: O “RESTAURADOR” DAS MINAS Thiago da Silva Pinto  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227071	
CAPÍTULO 2	11
MULHERES, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL, SÉCULOS XVIII E XIX Sabrina de Almeida Anicheski Valter Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227072	
CAPÍTULO 3	26
OS INDESEJADOS: DEGREDADO PARA AS TERRAS DO BRASIL, SÉCULOS XVI AO XIX Lucas William Barbosa Laroça Valter Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227073	
CAPÍTULO 4	43
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO Diego Alcindo Pereira Bezerra Daiane Araujo Avelino Bezerra  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227074	
CAPÍTULO 5	61
A NATUREZA A PARTIR DOS RELATOS DE VIAGEM DE AIMÉ BONPLAND Alessandra da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227075	
SOBRE O ORGANIZADOR	72
ÍNDICE REMISSIVO	73

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO

Data de aceite: 04/07/2022

Diego Alcindo Pereira Bezerra

Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Graduando em Direito pela Faculdade de Educação Santa Teresinha-FEST e Especializando em Especialização Lato Sensu em Gestão Corporativa de Organizações Militares pela Academia de Bombeiro Militar Aristarcho Pessoa (ABMAP). É Capitão QOCBM no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão (CBMMA)

Daiane Araujo Avelino Bezerra

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé, Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Einstein. Mestre em Gestão da Universidade Atlântica em Portugal. É Pedagoga da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA

Artigo Científico elaborado para a avaliação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, ora em funcionamento na Academia de Bombeiro Militar Aristarcho Pessoa, órgão integrante do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, como requisito obrigatório para a conclusão do referido curso.

RESUMO: Este trabalho buscou demonstrar, à luz de diversas legislações, teorias científicas a relevância da Memória Institucional como

ferramenta estratégica de gestão e comunicação organizacional. Porém, percebeu-se que não existe qualquer instrumento, ferramenta ou órgão que salvasse os bens materiais e imateriais que são produtos da história do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Assim, objetivou-se demonstrar que a ausência de um Centro de Memória do CBMMA traz prejuízos de ordem patrimonial cultural, histórica e identitária aos profissionais desta Corporação. O método utilizado foi o bibliográfico em que foram consultadas legislações, artigos, dissertações e teses científicas de autores que tratam da temática. Concluiu-se que a valorização e regaste da Memória Institucional é vital em qualquer organização, assim como o CBMMA quando seus integrantes compreendem que o seu Patrimônio Histórico e Cultural, incluindo seus bens materiais e imateriais bomberísticos constituem a história e a identidade da Corporação; tudo isso é um patrimônio coletivo que não deve ser perdido ou descartado e, portanto, também é um patrimônio cultural e histórico. Assim, este artigo permitirá que as pessoas e o CBMMA reflitam sobre a importância e viabilidade de um Centro de Memória para esta instituição que resguarde sua Memória Institucional e seu Patrimônio Histórico e Cultural produzido por seu efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural Material e Imaterial; Memória Institucional; Centro de Memória; CBMMA.

ABSTRACT: This work sought to demonstrate, in the light of different legislations, scientific theories, the relevance of Institutional Memory as a strategic management and organizational

communication tool. However, it was noticed that there is no instrument, tool or organ that safeguards the material and immaterial goods that are products of the history of the Military Fire Corps of Maranhão. Thus, the objective was to demonstrate that the absence of a CBMMA Memory Center brings losses of cultural, historical and identity heritage to the professionals of this Corporation. The method used was the bibliographic in which legislation, articles, dissertations and scientific theses of authors dealing with the subject were consulted. It was concluded that the valorization and rescue of Institutional Memory is vital in any organization, as well as CBMMA when its members understand that its Historical and Cultural Heritage, including its material and immaterial Bomberistic assets constitute the Corporation's history and identity; all of this is a collective heritage that must not be lost or discarded and, therefore, it is also a cultural and historical heritage. Thus, this article will allow people and CBMMA to reflect on the importance and feasibility of a Memory Center for this institution that protects its Institutional Memory and its Historical and Cultural Heritage produced by its staff.

KEYWORDS: Material and Intangible Cultural Heritage; Institutional Memory; Memory Center; CBMMA.

1 | INTRODUÇÃO

Numa sociedade balizada no efêmero e dinamicidade, favorecer o interesse pela memória e sua relação com a identidade de um grupo social tem ganhado notoriedade. Partindo-se do fato de que diversos cientistas da História defendem teses de que uma sociedade deve preservar e conhecer sua história como meio para a perpetuação do conhecimento entre as gerações, Emília Viotti da Costa, historiadora brasileira, a qual teve uma grande produção historiográfica brasileira, defendia em uma de suas frases que *“um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado”* (UFPI, 2015).

Pensando na relevância da memória e história Institucionais, o presente artigo propôs demonstrar à luz de diversas legislações e teorias científicas a relevância da valorização e regaste da Memória Institucional e a reflexão dos prejuízos que a ausência de um Centro de Memória do CBMMA traz em ordem patrimonial cultural, histórica e identitária aos profissionais desta corporação.

Nessa perspectiva, traçaram-se os seguintes objetivos para o desenvolvimento da pesquisa: apresentar as legislações pertinentes à preservação do patrimônio cultural brasileiro, explicando o que significa e o prejuízo de não se protegê-lo; apontar como a ausência de um Centro de Memória do CBMMA traz prejuízos de ordem patrimonial cultural, histórica e identitária aos profissionais da corporação; proporcionar uma reflexão sobre os benefícios da implantação de um Centro de Memória do CBMMA para salvaguardar o patrimônio cultural, histórico e identitário aos profissionais da Corporação e para a sociedade (BRASIL, 1988). Percebe-se também que a Constituição Federal de 1988 e outras legislações infraconstitucionais determinam que seja preservado o patrimônio cultural de uma sociedade para que as características e costumes através de registro,

guarda e tombamento de diversos bens materiais e imateriais para as gerações futuras sejam preservados, além de diversos estudiosos e cientistas. Esse imperativo é para demonstrar à população a importância da memória coletiva e individual de um grupo social para o conhecimento, difusão, reflexão e reinterpretção de fatos históricos que servirão de instrumentos formadores de uma sociedade que valorize a sua história.

2 | METODOLOGIA

Esse artigo é do tipo exploratório com abordagem qualitativa com revisão bibliográfica e documental em que foram feitas buscas e análises de artigos, dissertações e teses disponíveis na plataforma eletrônica Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES-MEC e o Google. Ainda que a Memória Institucional seja preconizada na Constituição Federal de 1988, ao realizar a pesquisa para produzir este artigo não foram identificados trabalhos científicos sobre o tema específico, ao pesquisar sobre as palavras-chaves Memória Institucional Bombeiro Militar, Museu Bombeiro Militar, Centro de Memória Bombeiro Militar, História Bombeiro Militar e Patrimônio Cultural Bombeiro Militar, objeto de estudo deste artigo; então ao se pesquisar mais amplamente com as palavras-chaves Memória Institucional, Museu Militar, Centro de Memória, História Militar e Patrimônio Cultural Militar, existem resultados genéricos e dispersos que inviabilizam uma filtragem que contemple o objeto de estudo deste artigo.

Optou-se por uma pesquisa mais restritiva, utilizando-se as palavras-chaves com aspas e com os filtros no idioma português, do tipo revisão bibliográfica no período de 2000 a 2021 em que foram consultadas as seguintes palavras-chaves, tendo como resultados: no Google Acadêmico, “Memória Institucional”: 41; “Centro de Memória”: 37; “História Militar”: 16; “Patrimônio Cultural Material e Imaterial”: 140. No Portal de Periódicos CAPES-MEC, além da filtragem supracitada utilizou-se os artigos depositados no Scielo Brazil: “Memória Institucional”: 43; “Centro de Memória”: 78; “História Militar”: 12; “Patrimônio Cultural Material e Imaterial”: 02. A partir da leitura da bibliografia acima alguns trabalhos foram selecionados por conterem o tema deste artigo, entre os quais se destacam: Barbosa (2010, 2013), Castro (2006), Cruz (2014), Izquierdo (2014), Le Goff (2013), Marcial (2021), Medeiros & Júnior (2015), Parrela & Nascimento (2019), Porto (2016), Ribeiro (2014), Rueda et al (2011) e Santos (2006), além do trabalho original de Thiesen (1995).

De posse dos dados coletados nas plataformas citadas e das leis que falam sobre a temática destacam-se o Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo possível construir o embasamento para a elaboração e produção deste trabalho.

3 | A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA A PERPETUAÇÃO DA HISTÓRIA COLETIVA

Parte-se do pressuposto de que a História exerce influência no indivíduo por resgatar as características culturais de um grupo social ou povo para a compreensão de sua evolução através da memória e de seu registro material e imaterial. Apesar de ter relação com o passado, a memória para as gerações atuais produz resignificação e reinterpretação do presente. O seu registro e difusão oportunizam às gerações vindouras o acesso à história, à cultura, aos costumes e fatos de um determinado período ou grupo social.

Esta memória tende a ser entendida por alguns cientistas como Izquierdo em sua obra “*Memória*” como sendo a “aquisição, formação, conservação e evocação de informações” (IZQUIERDO, 2014, p. 13). Refletindo sobre a necessidade da construção da memória de indivíduos, Jacques Le Goff em seu livro “*História e Memória*” (2013) afirma que:

Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica. (LE GOFF, 2013, p. 51)

Segundo Le Goff (1990) apud Ribeiro (2014, p. 15), em “*Preservação da memória institucional da AFRAFEP*” a memória também pode ser entendida como o acúmulo de informações retidas pelos indivíduos ao longo da vida.

A memória compreende uma condição exclusiva dos seres humanos, visto que esta é a única espécie que goza de capacidade cognitiva, ou seja, a função de conservar informações, recuperando-as num processo de rememoração e atualização de suas experiências passadas para o presente.

Percebe-se pela fala dos autores que a memória é uma importante ferramenta para se gerenciar as informações em que o indivíduo possa acessá-las durante a vida quando verificar fatos semelhantes em relação ao que vivencia. Corroborando com essa ideia Norberto Bobbio (1997) apud Izquierdo (2014, p. 13, grifo nosso) afirma que “**somos aquilo que recordamos**, literalmente”. Assim, não podemos fazer, evitar ou comunicar nada que não esteja em nossa memória. Eis aí o que torna importante o armazenamento, a organização e o compartilhamento das memórias em forma de acervo físico e digital para que sirvam de ponte e norte para a construção e reconstrução do futuro a partir da preservação da história como mecanismo de se pensar em um presente e futuro melhores.

A História enquanto conjunto de memórias contém um acervo de dados que quando armazenada em domínio público possibilita intervenções no efêmero presente que vivemos. Sobre a relevância da memória institucional Rueda et al (2011) em “*Memória Institucional: uma revisão de literatura*” destacam que foi a partir da década de 70 que se iniciou uma movimentação de emprego e valorização da mesma.

Em seu artigo ressalta-se que as instituições, empresas, entidades e organizações produzem um vasto acervo histórico durante sua trajetória que podem ser transformados em documentos fundamentais para a preservação da memória institucional ao passo que

esses não somente retratam as atividades da organização como também determinam a finalidade, tempo e espaço no qual essa está situada, colaborando para o entedimento dessa pela sociedade civil.

Ainda sobre a conceituação de memória e sua ligação com a história, sabe-se que a humanidade desde seus primórdios preocupava-se em preservar sua história por meio da oralidade e outras vezes através de registros em paredes até o surgimento da escrita através dos signos alfabéticos. Esses fatos confirmados pela existência de tais registros evidenciam a necessidade de se salvaguardar a informação e história. Sobre a relevância da informação para a sociedade Barreto (1994) apud Rueda (2011, p. 79) afirma

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo.

Nessa perspectiva esse conjunto de informações são concretizadas pelo processamento da memória que é algo inerente ao homem e que por sua vez serve de pano de fundo para a construção e reconstrução da história conforme destaca Le Goff (1990) apud Rueda (2011, p. 80):

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas.

A memória enquanto característica humana individualizada de somar com a memória de outros pares desencadeia na memória coletiva conforme destaca Halbwachs (1990) apud Rueda (2011, p. 80) ao dizer que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Assim, a memória é a matéria-prima da identidade individual e coletiva.

Sob esse prisma a memória individual ao somar-se com a coletiva, multiplican-se com outras memórias individuais forma a memória coletiva que, por sua vez, dentro de um contexto organizacional forma a memória institucional. Essa memória institucional é responsável pela identidade e unificação de uma organização ou entidade. Conforme destaca Worcman (2004) apud Medeiros & Júnior (2015, p. 213) na obra “*Memória Institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar de Santa Catarina*” ao afirmar que:

A memória institucional não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.

Nesse contexto a valorização da Memória Institucional é crucial para a preservação

das memórias individuais e coletivas no sentido de fortalecer o vínculo dessa instituição com a sociedade a qual presta serviço. Esse pensamento identitário e de pertencimento proporcionado pela salvaguarda dessas memórias é endossado por Worcman (2004) apud Medeiros & Júnior (2015, p. 222) ao afirmarem que:

Uma empresa não existe isolada do restante da sociedade. Ela faz parte de uma trama social e confunde-se com uma boa parte da história das comunidades com as quais ela interage, dos seus clientes, fornecedores, parceiros e, sobretudo, com a própria história do Brasil. É esse o melhor sentido para entender o significado da expressão Responsabilidade Histórica. Pois ao compreender o potencial de conhecimento que a história de uma empresa possui, percebe-se que, ao externá-la, a empresa faz muito mais do que uma ação de comunicação ou de recursos humanos. Ela constrói e devolve para a sociedade parte da memória do país.

Vinculado à ideia de Memória Institucional está o conceito de Patrimônio Cultural, pois este inclui os bens materiais e imateriais de um determinado grupo social ou territorial que possuem valor histórico. Essa Responsabilização Histórica desencadou por legislações que determinam a proteção do Patrimônio Cultural.

4 | PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Patrimônio Cultural é definido da seguinte forma:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, **cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social**, que pode, (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. **O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida** (IPHAN, 2012, p. 4, grifo nosso).

Assim, para que determinado grupo social tenha sentimento de pertencimento, amplie seu exercício da cidadania e tenha melhoria de qualidade de vida se faz necessário que sejam guardados seus bens representativos da sua história e cultura. Nessa prerrogativa é necessário que haja também a intervenção de certos agentes públicos e da sociedade para que não sejam perdidos tais bens com o tempo. Logo, a noção de patrimônio histórico se vincula com a noção de cidadania e melhoria de vida.

Para entender como é feita a seleção do que venha a ser considerado patrimônio

cultural de determinado grupo social pode-se verificar durante uma visita a casa de um parente ou amigo o que é separado como objeto de importância para a família do que se deseja mostrar às visitas; daquilo que fez parte da história da família e das gerações que participaram dela.

Da mesma forma acontece com o patrimônio cultural de determinada sociedade: as políticas públicas, através de leis, instituições e políticas específicas com a participação da sociedade determinam o que deve ser protegido e registrado como patrimônio cultural. Isto é, são os valor e significados atribuídos pelas pessoas a determinados objetos, lugares ou práticas culturais que o determinam como sendo patrimônio cultural de uma coletividade ou patrimônio coletivo (IPHAN, 2012).

Seguindo a mesma linha de raciocínio foram criadas diversas legislações que amparam a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional como é o caso do Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937. Nele são organizados e definidos o que venha a ser patrimônio histórico e artístico nacional como é descrito abaixo:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Esse mesmo Decreto determina também quais bens precisam ser tombados, ou seja, aqueles que em nenhum caso poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados sem a autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou até mesmo ao serem reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa pelo dano causado (BRASIL, 1937). Através do tombamento são determinados quais bens materiais ou imateriais serão preservados para as gerações futuras. Ele pode ser feito pela União, através Iphan, pelos governos estaduais, por meio de suas instituições responsáveis pelo assunto, ou governos municipais, de acordo com leis específicas ou a legislação federal.

Os bens materiais e imateriais selecionados por um grupo social específico ou povo e separados a fim de serem tombados vêm a ser preservados e protegidos e são considerados Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por conta da sua relevância histórica e formação identitária cultural de determinado grupo social ou povo. A Constituição Federal de 1988 definiu como funciona a salvaguarda desses bens no artigo 216, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

Assim, patrimônio cultural é a identidade de um grupo social que precisa ser preservado para tornar possível a memória e resignificação da realidade de determinado grupo e é formado por diferentes bens como explicado acima. Tudo que é valioso para um grupo social é determinado como sendo patrimônio cultural, entretanto, existem critérios objetivos para que se selecione aquilo que seja valioso e venha a ser guardado para as gerações futuras.

Para se entender como funcionou durante a história da humanidade, tem-se como exemplo o que ocorrera no século XVIII durante a Revolução Francesa em que muitos queriam destruir as obras de arte, castelos, objetos e tudo aquilo que lembrava a nobreza e o clero. Muitos intelectuais foram contra tal intenção, pois estes mesmos bens faziam parte da história de todo o povo francês, não somente dos nobres e do clero, mas também a história dos pobres, comerciantes, camponeses e plebeus, pois eles tinham enorme valor econômico e artístico e contavam também a história da nação.

Da mesma forma durante a Segunda Guerra Mundial vários monumentos preciosos em diversos países que participaram dela foram destruídos durante os combates, o que significou um prejuízo sem retorno para o conhecimento de culturas antigas e da história dessas nações. Após certo tempo ao se anunciar a construção da barragem de Assuan no sul do Egito que iria inundar diversos templos dos faraós para tornar diversas áreas agricultáveis na região o governo egípcio disse que não possuía condições financeiras de arcar sozinho com a transposição dos diversos bens históricos contidos no local para outro melhor, além de prejudicar as estruturas históricas existentes.

Assim, o Ministro da Cultura francês da época, o escritor André Malraux, propôs à comunidade internacional que estes bens eram de interesse não somente da população egípcia, mas de toda a humanidade devido ao inestimável valor histórico, cultural e artístico e que todos deveriam contribuir para a sua salvaguarda. Desse apelo a UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas, que coordenou os esforços para essa ação, elaborou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), tendo criado a Lista do Patrimônio Mundial. Hoje mais de 1.000 bens inscritos nessa Lista (UNESCO, 2021). Esses são indicados pela comunidade internacional como bens de valor inestimável para a humanidade.

No Brasil para se captar recursos que protejam o patrimônio cultural foi criada a Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991) que estabelece as formas de proteção e como deverão ser protegidos os bens materiais e imateriais do país, além de incentivos à formação artística e cultural nacional através do Fundo Nacional da Cultura-FNC.

Os bens materiais e imateriais protegidos e considerados patrimônio histórico e artístico devem ser valorizados por serem de importância significativa para a cultura de um determinado povo.

De certa forma, definir o que vem a ser cultura não é algo simples, pois consiste em diversos aspectos. Existem duas concepções básicas do que vem a ser cultura. A primeira dessas concepções tem a ver com todos os aspectos de uma realidade social, ou seja, de um determinado povo; por exemplo, cultura francesa, cultura camponesa, cultura asteca, cultura indígena. Segundo Santos (2006) em sua obra *“O que é cultura”* ele afirma que:

Embora essa concepção de cultura possa ser usada de modo genérico, ela é mais usual quando se fala de povos e de realidades sociais bem diferentes das nossas, com os quais partilhamos de poucas características em comum, seja na organização da sociedade, na forma de produzir o necessário para a sobrevivência ou nas maneiras de ver o mundo (SANTOS, 2006, p. 24).

A segunda concepção de cultura tem a ver com o conhecimento, crenças, ideias ao fazer diário da vida social e, de certa forma, também tem relação com o universo de uma sociedade, pois ao se falar nesse tipo de cultura ela tem relação com todo um grupo social. Sendo assim Santos (2006) destaca que:

De acordo com esta segunda concepção, quando falarmos em cultura francesa poderemos estar fazendo referência à língua francesa, à sua literatura, ao conhecimento filosófico, científico e artístico produzidos na França e às instituições mais de perto associadas a eles. Outro exemplo comum desta segunda concepção de cultura é a referência à cultura alternativa, compreendendo tendências de pensar a vida e a sociedade na qual a natureza e a realização individual são enfatizadas, e que tem por temas principais a ecologia, a alimentação, o corpo, as relações pessoais e a espiritualidade. Ao se falar em cultura alternativa inclui-se também as instituições associadas, como lojas de produtos naturais e clínicas de medicina alternativa, e da mesma forma seus meios de divulgação (SANTOS, 2006, p. 25).

Dessa forma, “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 2006, p. 24). Quando uma sociedade acredita que algo dentre esse tipo de cultura deva ser valorizado e guardado para as gerações futuras se evidencia também que nela há a identidade de determinado grupo expresso no seu modo de ser, que em si é a cultura que se deseja manter e transmitir além de evidenciar a identidade desse grupo. Tudo isso para determinado grupo social é considerado um patrimônio cultural.

Sendo assim, valorizar a cultura de um povo é também valorizar a identidade cultural dele, tendo a intenção de transmiti-las às próximas gerações.

5 | O RISCO DA PERDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELA AUSÊNCIA DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DO CBMMA

Para que se entenda a relação entre a ausência de um Centro de Memória do CBMMA e os riscos da perda patrimonial para esse grupo profissional e a sociedade a qual presta serviço é necessário dimensionar quão vital é para as organizações a valorização da memória institucional. Durante a pesquisa revelou-se oportuno destacar o trabalho

de Parrela & Nascimento (2019) intitulado “*Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica*” em que o autor traz a visão de Icléia Thiesen sobre a temática ao afirmar que: “Se a instituição existe, a memória se plasma” (THIESEN, 2013 apud PARRELA & NASCIMENTO, 2019, p. 177), ou seja, para que se possa compreender como ocorre o fenômeno da memória em um contexto institucional, a autora Thiesen defende que primeiro é importante entender o que vem a ser instituição.

Ela se utiliza de conceitos foucaultianos que encara as instituições como formas fundamentadas de saber-poder. Isto é, as Instituições exercem controle social e têm embutido em seus mecanismos regras e padrões de conduta que garantam seu exercício e funcionamento através das funções reprodutoras. Assim, a memória institucional serve como direcionador da relação saber e poder. A autora resume os principais conceitos que tangenciam o tema conforme esquema abaixo (THIESEN, 1995, p. 47):

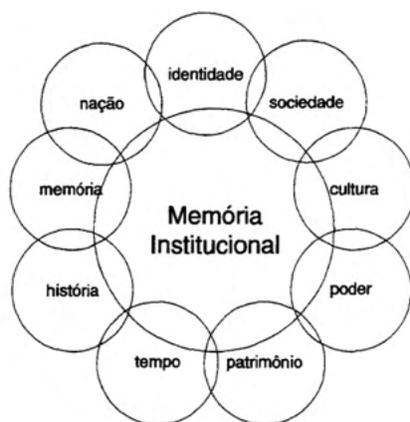


Figura 01 – Memória Institucional

Fonte: Thiesen (1995)

Sob esse viés a memória institucional é um patrimônio de legado simbólico para as futuras gerações, pois elas receberão a como herança de uma geração anterior e a carregarão a fim de transmiti-la às futuras gerações.

A memória institucional sob a ótica do patrimônio cultural passou a ganhar notoriedade na década de 70 como reflexo dos estudos sobre o impacto da memória como um todo. Em meados de 1980, na França, surgiram os primeiros Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho, vindo a repercutir a mesma ideia no Brasil com a implantação dos Centros de Memória no interior das organizações.

Entre os trabalhos que dissertam sobre a importância da memória institucional e os riscos de sua não valorização, o artigo “*Memória institucional em risco*” de Marcial e Vieira (2021) fornece contribuições ao trazer reflexões sobre o risco da perda da memória

institucional em curto, médio e longo prazo da administração pública federal por salientar que o “Brasil parece ainda lutar contra a alcunha de país sem memória” (HEYMANN, 2006 apud MARCIAL & VIEIRA, 2021, p. 153). Isso se deve porque, segundo Heymann, “a memória não faz parte das discussões das políticas públicas no Brasil, em especial as voltadas para a gestão de passados sensíveis” (HEYMANN, 2006 apud MARCIAL & VIEIRA, 2021, p. 153).

Esse fato é notabilizado ao se constatar que não existe qualquer tipo de instrumento, ferramenta ou órgão que salvasse os bens materiais e imateriais que são produtos da história do CBMMA. Existe material significativo, porém pouquíssimo protegido, compilado ou até mesmo tombado pelo poder público. Este fato é preocupante já que, conforme o autor citado anteriormente, a memória institucional engloba um “conjunto de atributos, histórias, momentos, relações externas e trajetórias realizadas pelas instituições” (MARCIAL & VIEIRA, 2021, p. 151).

Essas memórias formadas por fatos do passado desta instituição sinalizam as possibilidades do presente e futuro possíveis, conforme refletem Maciel & Vieira (MARCIAL, 2011 apud MACIEL & VIEIRA, 2021, p. 4). Por isso existe a necessidade de se pensar em como armazenar, organizar, compartilhar e proteger toda essa memória institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, quer seja de cada profissional envolvido na organização, quer seja de fatos históricos e notórios ocorridos e vivenciados pela organização e por todos que fazem parte dela; tudo isso são bens materiais ou imateriais e, portanto, patrimônio cultural histórico desta instituição secular.

Especialmente tratando da Instituição Bombeiro Militar esse gerenciamento da memória se faz imprescindível pelo fato da missão dessa organização ser a de salvar vidas e bens alheios, denotando assim a necessidade crucial de se manter a memória institucional e coletiva bem presentes para se aprender a evitar erros do passado e planejar um futuro melhor para os que fazem parte do CBMMA, toda a população atendida por ela, seus stakeholders e toda a população brasileira.

Corroborando com isso Freitas (2000) apud Barbosa (2010) em “*Outras Possibilidades de Comunicação Organizacional Face à Complexidade: A Memória Institucional do Exército Brasileiro*” enfatiza a importância do gerenciamento das informações organizacionais através da preservação de sua história como fonte de fortalecimento do pertencimento de seus agentes e usuários, gerando credibilidade e orientação para o presente e futuro ao afirmar que:

É perceptível a perda de confiança dos cidadãos na credibilidade das empresas, do Estado e de outras instituições consagradas, o que evidencia a necessidade de promover uma comunicação que favoreça a criação do senso de pertencimento dos sujeitos, pois estes **“se encontram numa situação de fragilidade de identidade, de enfraquecimento de vínculos sociais diversos, de busca de sentido, de desorientação quanto ao presente e ao futuro e de carência de referenciais”** (FREITAS, 2000, apud BARBOSA,

Atualmente as instituições públicas se aproximam cada vez mais dos preceitos da administração clássica que é norteada pela gestão dos diversos aspectos que compõem a instituição, dentre os quais há a gestão de informações que se preocupa em manter, organizar e compartilhar os dados sejam eles digitais ou físicos. Percebe-se que gerir essas informações como fonte de memória e história através da valorização da memória institucional proporciona à instituição o desenvolvimento de comunicação permanente com o público interno e a sociedade civil.

Sobre isso Nassar (2007) apud Barbosa (2010, p. 233) afirma na obra *“A Memória Institucional como Possibilidade de Comunicação Organizacional: o caso Exército Brasileiro”* que: “em um mundo em que é rapidamente banalizado pela massificação, pela utilização cotidiana, pelo excesso de exposição, uma diferenciação que nasce pela história de uma organização, é um atributo que poucos têm”. Entretanto tudo isso deveria ser valorizado, pois o passado, o presente e o futuro das organizações estão inseridos numa relação circular que segue uma lógica recursiva; as organizações necessitam olhar para trás e identificar os aspectos de seu percurso que foram significativos, pois estes têm influências e conseqüências, no hoje e no amanhã.

Assim, para se organizar ou compilar o que foi feito durante a história de um povo ou instituição existe o registro histórico. Este serve contar as histórias de grupos antepassados, pois sem este mesmo registro as gerações futuras não poderiam aprender ou conhecê-la se não fosse de outra forma. Eles podem ser de registros de censos, registros vitais, registros militares e outros.

Outro fator importante a se destacar é que em face dos prejuízos da perda da memória institucional e a característica da mente humana ter a fragilidade de esquecer fatos associados ao afastamento protagonista e testemunhal de eventos da instituição verifica-se cada vez mais a urgência da implantação de políticas pública que resgatem e valorizem a memória institucional através de centros de memória, museus e plataformas digitais que resguardem os bens materiais e imateriais para que os mesmos sejam compartilhados com a sociedade e protegidos.

6 | CENTRO DE MEMÓRIA PARA O CBMMA: PASSADOS PRESENTES

As implicações do mundo pós-moderno caracterizado pela efemeridade e inscontância nos campos político, econômico e social demandam cada vez mais os papéis vitais que a informação e a busca pela identidade ocupam na dinamicidade das instituições e organizações. Corroborando com essa ideia Castells (2000) apud Barbosa (2013, p. 3) observa:

A busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída tornou-se a fonte básica de significado social neste mundo de fluxos globais de

riqueza, poder e imagens, em virtude da desestruturação das organizações, da deslegitimação das instituições e do enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais.

De fato os cenários mutantes exigem das instituições e organizações mudanças e políticas identitárias para manterem sua existência e cumprirem com êxito a sua missão. Esse resgate da identidade se inicia com a valorização da memória coletiva da instituição. Conforme estudiosos da área de gestão da informação, faz-se necessário que as instituições invistam em políticas públicas que evidenciem o papel crucial que a memória institucional ocupa na construção e reconstrução dos relacionamentos de valor entre uma organização e seus públicos de interesse.

Sobre isso Worcman (2004) apud Barbosa (2010, p. 14) diz que:

Se a memória na empresa for entendida como ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio a negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica, então poderemos afirmar que esta empresa, de fato, é capaz de transformar em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória.

As organizações são organismos vivos aderem a cultura avinda da memória coletiva e busca notabilizar a importância dela em sua biografia, na própria história de vida como instrumento de comunicação com a sociedade civil. Esse movimento é destacado por Totini e Gagete (2004) apud Barbosa (2010, p. 48):

Resgatar a história passou a ser um projeto importante para muitas empresas que perceberam que os registros do passado estavam se perdendo e com eles, a compreensão dos processos passados e conseqüentemente dos seus reflexos no presente.

Esse resgate é vital para a organização. Para o CBMMA e seus integrantes ter a compreensão de que a memória do seu efetivo e todo os instrumentos bomberísticos, quer seja de materiais, equipamentos, viaturas, depoimentos, etc constituem-se a história e a identidade da Corporação; tudo isso é um patrimônio coletivo que não deve ser perdido ou descartado e, portanto, também é um patrimônio cultural e histórico. Afinal, a memória institucional e a gestão dessa informação e todo o conhecimento profissional e de vida adquirido pelos seus profissionais durante sua passagem no CBMMA são fontes de informação.

Sobre essa correlação Teixeira Filho (2000) apud Cruz (2014, p. 39) afirma que:

Gestão do conhecimento não é tecnologia. Mas pode se beneficiar, e muito, das novas tecnologias de informação e de comunicação. [...] Gestão do Conhecimento não é documentação, mas tem tudo a ver com uma memória organizacional coletiva, dinâmica e compartilhada. Gestão do Conhecimento também não é gestão de Recursos Humanos, mas só se realiza com as pessoas da organização.

Sob o viés de que a história e a identidade da instituição Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão se assentam nas memórias individuais e coletivas dos profissionais que

fazem parte dela, da cultura adquirida e em todos os bens materiais e imateriais que a compõem, como fazer para se regastar e salvaguardar todo esse patrimônio cultural histórico?

Diante da volatilidade da mente humana que é seletiva e falha ao reter as informações que considera pra si relevantes e esquece aquilo que não lhe é importante, como guardar e proteger toda uma cultura institucional, experiência profissional e memória coletiva que somente alguns tiveram acesso e que no futuro ou até mesmo em pouco tempo será valiosíssima ou inestimável? Diante do falecimento de tantos companheiros de trabalho, daqueles que foram para a reserva remunerada, daqueles que saíram da corporação ou daqueles que foram transferidos de certa unidade e levaram consigo toda uma história, como resgatar toda uma cultura organizacional destes ou a história da corporação? Diante dos diversos documentos, fotografias, equipamentos, viaturas e demais objetos de valor histórico inestimáveis que se perderam com o tempo ou foram descartados, o que fazer para preservar tais bens materiais e imaterias dessa instituição?

Durante a pesquisa percebeu-se que no site do CBMMA, na aba “CBMMA” > “Institucional” > “Nossa História” são relatados os primórdios desta Instituição e na outra aba “Nossa História.” há pouquíssimo acervo fotográfico com somente três fotos de documentos e uma foto da época de sua fundação e não existe um local físico que armazene qualquer bem material histórico da época ou durante a atuação do CBMMA durante seus 118 anos (CBMMA, 2021).

Bem, estudiosos acerca da gestão do conhecimento e informação apontam para a necessidade da implantação de espaços digitais ou físicos de tombamento e proteção de bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural.

Conforme salienta Nora (1993) & Silveira (2007) apud Porto (2016, p. 26):

Devido a essa volatilidade, pode-se dizer que a memória humana é seletiva, lacunar e falível. Portanto, registrá-la não é uma ação natural ou espontânea, sendo necessária a criação de “lugares de memória”, ou seja, espaços físicos materiais ou virtuais que servem de suporte para formar uma memória coletiva imaterial.

Corroborando também com esse pensamento Verri (2012) apud Porto (2016, p. 41),

[...] informações registradas em diferentes suportes, selecionadas, agrupadas e organizadas em bibliotecas, arquivos e museus, formam os lastros do conhecimento, dos saberes estruturadores de indivíduos e de coletividades.

Legitimando a necessidade e relevância da implantação de um Centro de Memória Medeiros & Júnior (2015, p. 221) conceituam a função desse espaço ao caracterizá-lo como “possibilidade de preservar a memória [...] presente em diversas grandes empresas, reponsável por reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, materiais, museológicos, fotográficos, referenciais, coleções e banco de depoimentos”. Conforme os autores representa uma proposta de grande significado para toda a construção identitária de uma

instituição.

Reforçando o papel fundamental da valorização da produção historiográfica através de locais que salvaguardem a memória institucional Candau (2014) apud Medeiros & Júnior (2015, p. 222) destaca:

A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, 'é deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte'. A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: 'toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer'.

Ao refletir sobre a importância da implantação de um Centro de Memória para o CBMMA e para toda a sociedade será possível evitar que se percam a memória institucional e o patrimônio histórico e cultura dessa Corporação, conforme destaca Nora (1993) apud Porto (2016, p. 50):

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. A história começa onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo.

Sobre a necessidade de criação de espaços que resgatem a memória e a história Murguía (2010) apud Porto (2015, p. 54, grifo nosso) diz que:

Esses espaços podem ser simbólicos [...] ou físicos. Os espaços da memória têm assim, uma dupla função: **simbólica**, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; uma **função informacional**, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares que realmente existiram e cujas provas podemos encontrar nesses lugares. Pautados nessas considerações, entendemos **arquivos, bibliotecas e museus como lugares de memória**, mas consideramos também que o entendimento de cada um deles a respeito da memória, devesse ser aproximado, num encontro no qual, múltiplos olhares sobre o tema fossem apresentados.

Sobre a crucial importância desses lugares que resguardam a memória e a história Silveira (2003) apud Porto (2015, p. 55) destaca que:

[Eles] são lugares que nutrem e valorizam nossa cultura e nossa memória coletiva, além de nos permitir manter vivos os elementos que definem as bases conceituais daquilo que entendemos por identidade, seja esta nacional, local ou individual. Em suma, elas se constituem como um 'lugar de memória' porque auxiliam à preservação e à sobrevivência de uma determinada cultura ao longo de seu transcurso histórico.

Partilhando desse mesmo pensamento Medeiros (2015, p. 212) afirma:

A memória institucional é responsável pela consolidação de costumes, tradições e valores que constituem substrato na construção da identidade de uma organização, com repercussões diretas sobre os integrantes, a imagem e a reputação das organizações.

Esses lugares tem como finalidade de se evitar a tendência natural da sociedade do esquecimento, do efêmero em contraponto à sociedade da gestão do conhecimento, pois esses lugares de memória promovem o constante diálogo entre o passado, presente e futuros de determinado grupo social, conforme destacam Baratin & Jacob (1995) apud Castro (2006, p. 12) na obra *“Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre ‘O Nome da Rosa’*:

É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.

Além de como destacam Totini & Gagete (2004) apud Barbosa (2010, p. 45) a criação de projetos de memória em empresas e instituições representa também uma ferramenta estratégica de gestão e comunicação organizacional, muito necessária para uma instituição como o CBMMA que possui uma legitimação social justificada por sua missão.

Recuperar, organizar, dar a conhecer a memória da empresa não é juntar em álbuns velhas fotografias amareladas, papéis envelhecidos. É usá-la a favor do futuro da organização e seus objetivos presentes. É tratar de um dos seus maiores patrimônios dentro de estratégias e ações que envolvam o pensamento [...] de comunicação organizacional (NASSAR, 2007, p.139).

Assim, ao se propor a implantação de um Centro de Memória para o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão pretendeu-se possibilitar a compreensão dos aspectos positivos e negativos da perda de seu patrimônio histórico e cultural, de todos os seus bens materiais e imateriais e de toda a trajetória dessa Corporação durante a história para que se possa pensar em um presente e futuro melhores, além de catalisar o sentimento de identidade de grupo e sentimento de pertencimento de todos os profissionais que fazem parte dela.

Enfim, desta forma, pode-se responder de forma ativa a responsabilização social, cultural e histórica que essa instituição representa para toda a sociedade civil e seus representantes. A perspectiva desse Centro de Memória aponta para o fortalecimento da imagem, da identidade e reputação dessa Corporação e legitima sua ação positiva perante toda a sociedade a qual presta serviço e a valorização pessoal e profissional de todos os seus integrantes.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorizar e regastar a memória tem se mostrado uma peça fundamental na gestão das administrações públicas e privadas; fato justificado por vivenciarmos a era da comunicação e informação em que diante de contínuas mudanças é necessário zelar pelo legado histórico social. Para se chegar ao enfoque principal desse trabalho percorreu-se um longo percurso que se iniciou na conceituação de memória coletiva e memória institucional como ferramenta estratégica para a eficiente administração e comunicação organizacional

significativa com a sociedade a qual se presta serviço, pois surge a necessidade de se olhar para trás, observando os pontos negativos e positivos de sua trajetória para se entender o presente e se projetar seu futuro. Afinal, a lógica das influências, causas e consequências atingem também o meio organizacional.

O CBMMA em seus 118 anos de existência possui riquíssimo passado de valor inestimável, fruto do trabalho de seu efetivo, marcado por evoluções tecnológicas oportunas que contribuíram muito para um trabalho prestado com excelência, mas não possui um produção historiográfica valorizada. Assim, é preciso pensar a Memória Institucional como patrimônio a ser preservado através da implantação de um Centro de Memória como fator determinante de elaboração e consecução de sua missão, valores, métodos e garantia de legitimação social.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Andréia Arruda. **A Memória Institucional como Possibilidade de Comunicação Organizacional: o caso Exército Brasileiro**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4398/1/422346.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.
- BARBOSA, Andréia Arruda. **Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional**. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, UFOP – Ouro Preto: Minas Gerais. Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.
- BARBOSA, Andréia Arruda. **Outras Possibilidades de Comunicação Organizacional Face à Complexidade: A Memória Institucional do Exército Brasileiro**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0857-1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 24 out. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 24 out. 2021.
- CASTRO, César Augusto. **Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”**. In: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114267>. Acesso em: 24 out. 2021.
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO (CBMMA). **Nossa História** (2021). Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/index.php/cbmma/institucional/nossa-historia-2/>. Acesso em: 27 out. 2021.

CRUZ, Aline Machado. **Fatores condicionantes da implantação da gestão do conhecimento como base ao desenvolvimento organizacional: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Porto Seguro**, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARCIAL, Elaine; VIEIRA, Josina da Silva. (2021). **Memória institucional em Risco**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 14(1), 150–170. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n1.2021.31252>. Acesso em: 24 out. 2021.

MEDEIROS, Eduardo Decorte; JÚNIOR, Edmundo José de Bastos. **Memória Institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar de Santa Catarina**. Revista Ordem Pública. v. 8, n. 2, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/viewFile/140/134>. Acesso em: 24 out. 2021.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. **Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica**. In: Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v. 24 (2019) – Informação, mediação e cultura. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3901/2240>. Acesso em: 24 out. 2021.

PORTO, Marchelly. **Rede de memórias: um “lugar de memória” digital dos bombeiros militares catarinenses** - 2016. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1441/dissertacao_marchelly_15689013452625_1441.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

RIBEIRO, Josino de Carvalho. **Preservação da memória institucional da AFRAFEP**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2014/preservacao-da-memoria-institucional-da-afrafep.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. **Memória institucional: uma revisão de literatura**. CRB8 Digital, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9723>. Acesso em: 28 out. 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos). 12ª reimpr. da 16ª. ed. de 1996.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional: um conceito em definição**. In: INFORMARE-Cad Prog. pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 45-51, jul./dez.1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53700>. Acesso em: 24 out. 2021.

UNESCO. **World Heritage List, 2021**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 24 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **19 de Agosto: Dia do Historiador**. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/8949-19-de-agosto--dia-dohistoriador>. Acesso em: 23 mai. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aclamação 1, 3, 5, 6, 7, 8

Adventícios 1, 5, 6, 7, 8

América 1, 3, 9, 10, 28, 30, 34, 40, 61, 62, 63, 64, 68, 69

Autoridade 3, 4, 5, 6, 8

B

Brasil 4, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 59, 62, 64, 65, 69, 70, 71

C

Colônia 14, 15, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42

Colonial 1, 3, 9, 14, 15, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Comércio 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 64, 65

Comunicação 43, 53, 54, 55, 58, 59

D

Degredados 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 39, 40, 41, 42

Degredo 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

E

Escravas 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Espécies 61, 62, 63, 67, 68, 69

F

Forasteiros 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9

G

Governador 1, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 23, 64

Grupo social 18, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58

Guerra dos Emboabas 1, 3, 9, 10

H

História 9, 12, 18, 21, 23, 24, 25, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 69, 71, 72

I

Identidade 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58

Império 1, 3, 9, 21, 26, 27, 29, 37, 38, 40, 41, 42

Informação 33, 47, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65

M

Memória institucional 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

Mulheres 11, 23, 24, 25, 34

N

Naturalista 61, 62, 64, 65, 67, 69

Natureza 12, 49, 51, 61, 62, 68, 69, 71

Negras 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

O

Ordenações 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 42

Organização 19, 22, 31, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64

P

Paisagem 61, 66, 68, 70

Patrimônio cultural 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 60

Patrimônio histórico 43, 45, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 60

Paulistas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Pequeno 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25

Plantas 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70

Poder 1, 2, 3, 6, 7, 8, 18, 24, 35, 36, 37, 52, 53, 55, 64

Portugal 1, 3, 7, 9, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40

Punição 26, 27, 28, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42

R

Romeiro 3, 6, 7, 8, 9, 10

S

Social 1, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 24, 26, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 68, 70

Sociedade 9, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 34, 36, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 66, 68

T

Trabalho 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 39, 43, 45, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 67, 68

V

Viagem 34, 39, 61, 62, 63, 65, 68, 69, 70

Viajantes 40, 41, 61, 62, 67, 68, 70

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022